

Verás Mulheres Nesse País?

Uma leitura das personagens femininas em “*Não verás país nenhum*”, de Ignácio de Loyola Brandão.

Are there Women on Earth?

A study about the female characters of “*And still the Earth*”, a novel by Ignácio de Loyola Brandão

Rafaela Moreira Rodrigues¹

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este trabalho propõe uma leitura crítica acerca da representação das personagens femininas no livro “*Não Verás País Nenhum*”, de Ignácio de Loyola Brandão, promovendo observações a respeito dos conceitos de “Identidade”, “Representação” e “Percepção”, sinalizando para o fato de que essas categorias são mais complexas e paradoxais do que parecem. O que se pretende é pensar o modo como as mulheres são representadas na história, o lugar social que ocupam, propondo uma investigação sobre a construção da identidade feminina na narrativa uma vez que o silenciamento, ou a enunciação, podem prescrever o agenciamento do autoritarismo na sociedade. As narrativas são jogos de limitações, exclusões e/ou reforços de determinados discursos, como foi sinalizado por Michel Foucault e cabe ao autor a inserção da linguagem ficcional no real (e vice-versa). Desse modo, é possível vislumbrar a permanência/reprodução do discurso do patriarcado no livro, não só no que é enunciado, mas também por meio de práticas e regimes que sustentam determinadas “verdades” ao longo da história e fazem com que as personagens se conformem às regras e aos costumes estabelecidos, reproduzindo-os ao longo do tempo. A literatura possui funções políticas e sociais extremamente importantes, porque aponta questões latentes sobre o modo como nos organizamos, vivemos, pensamos, além de propor reflexões sobre determinadas épocas históricas e fomentar o pensamento crítico-reflexivo nos indivíduos. Logo, o texto literário é matéria fecunda para estudar algumas questões, como a do gênero.

Palavras-chave: Literatura; Mulheres; Representação; Identidade; Percepção.

Abstract: This article promotes a study of the female characters of the book "And still the earth", a novel by Ignácio de Loyola Brandão, making observations regarding the concepts of "identity", "representation", and "perception", pointing out the fact that these subjects are more intricate and paradoxical than they seem. The main point is to analyze how women are depicted throughout the book, their social role, and the development of female identity within the narrative, since their silence or their speech reveals how much they accept the authoritarianism. The novels are games of exclusion, restriction or reinforcement of certain ideas, as stated by Michel Foucault, and it is up to the author to insert the literary language in the non-literary (and vice versa). Consequently, it is possible to glimpse the influence of patriarchy in the book, not only through what is written, but through practices that support certain "truths" that make the characters get used to the rules and mores set, reproducing them over time. Literature has an indispensable political and social function, because it shows the latent issues of human societies, besides fomenting reflections about certain times in history and encouraging critical and reflective thinking. Therefore, literary texts are the raw material to study issues, such as gender equality.

Keywords: Literature; Women; Representation; Identity; Perception.

¹ Pesquisadora da Universidade Federal Fluminense. Email: rafaelamoreira@id.uff.br

Submetido em 14 de janeiro de 2021.

Aprovado em 05 de julho de 2021.

Introdução

Em linhas gerais, Souza, protagonista de “Não Verás País Nenhum”, é um professor de História, aposentado compulsoriamente, isto é, silenciado, por um sistema repressor e autoritário. O livro denuncia a destruição / “desumanização” dos indivíduos, ocasionada pela conjuntura política, econômica e social e retrata a perplexidade desse personagem frente aos acontecimentos. No enredo, as mulheres são coadjuvantes, ou figurantes: Adelaide (esposa/ ex-esposa ao longo da narrativa); Elisa (com quem Souza tem um encontro fortuito); e as demais, não nomeadas: uma vizinha, a mãe de Souza, a mulher de 40 anos, e as mulheres que distribuem comida às pessoas que tentavam se abrigar do calor embaixo das marquises.

O país referido no título do livro é, explicitamente, o Brasil, mas isso só se revela quando a narrativa já está quase no fim (página 343). A dupla negativa desse título “não” e “nenhum” é bastante significativa para o enredo, já que se trata de um lugar marcado por ausências: de liberdade, de informação, de trânsito, de emprego, de água, de moradia, de alimento, de saúde, etc. A ação de ver futuramente (verás), associada às palavras de sentido negativo, sugere um tempo próximo do fim, mas não o final pregado pelas escrituras, e sim a derrocada da organização democrática, fundamental para a constituição de um Estado de Direito.

As primeiras imagens narradas são de morte, sujeira e apatia das pessoas em relação a todas as situações mencionadas, uma certa dose de naturalização do horror a que são submetidas. Em certa altura, o narrador explica que a não-reação dos indivíduos é consequência dos calmantes introduzidos nos alimentos (denominados factícios, quimicamente fabricados, uma vez que a natureza, destruída pela ação humana, não produz mais nada), bem como das “Campanhas de Otimismo”, propostas assistenciais do governo para impactar positivamente à população.

A censura científica e aos meios de comunicação é regra. Tudo é controlado por um “Esquema” extremamente centralizador e autoritário. Fiscais colocam os cidadãos a

provas constantes de identidade e são responsáveis por garantir a “Ordem” e o “Progresso” nas ruas. As pessoas podem ser destituídas de seus bens e seus empregos a qualquer tempo, se isso for de interesse público.

A desigualdade social é explícita, e as relações interpessoais fundamentam-se, em sua maioria, nas vantagens a serem obtidas e não nos laços sentimentais. As minorias são as que mais sofrem as consequências dessa organização social e as que menos interessam ao governo, o qual não hesita em planejar ações de extermínio dos menos privilegiados.

Nesse contexto, as poucas mulheres que surgem, mesmo que tão diferentes umas das outras (como será apresentado ao longo deste artigo), coincidem no que se refere ao apagamento, ou ao silenciamento a que são submetidas. A figura feminina é exterminada em algum sentido (ou em todos), seja pelo sistema, pela família, pelas próprias pessoas com as quais convive, ou por elas mesmas, quando aceitam e/ou agenciam certas percepções e valores. Essa violência de gênero remete ao conceito de “pedagogia da crueldade” abordado por Rita Segato (2018), trata-se de práticas sociais que ensinam, habitam e programam os indivíduos a “coisificarem” as pessoas, expropriando a sua vitalidade, desumanizando-as. Portanto, tanto a apropriação dos corpos dessas mulheres quanto as condições desumanas de vida e trabalho representadas nesta narrativa configuram exemplos dessa pedagogia.

Pensar a representação das mulheres no texto sinaliza para o potencial da literatura de expor criticamente as relações, denunciar injustiças e fomentar ideias de transformação de paradigmas equivocadamente enraizados em nossa sociedade.

1. Quem é Adelaide?

Casada com Souza (protagonista) há 32 anos, conserva hábitos rotineiros na relação, como tomar o café da manhã e deitarem-se juntos. Convivem em harmonia ocupando o *locus* social da tradição: o homem que trabalha para garantir o sustento da família e a mulher, dona de casa e dos afazeres. Porém, essa aura de tranquilidade recobre insatisfações não explícitas, das quais o narrador-personagem deixa pistas: “Adelaide me olhou, arisca. Inquieto encarei o rosto dela e me perguntei. Pergunta que não tenho coragem de enfrentar.” (BRANDÃO: 2008 p.14). O enfrentamento da pergunta não feita

por Souza só acontecerá para além da metade dessa história: “Qual a identidade real de sua mulher?” (Idem. p.252)

A análise tanto da representação quanto da construção da identidade da personagem flerta com a metodologia interseccional, uma vez que o contexto apresentado suscita a análise da questão do “gênero” articulada a outras categorias e relações de diferenças ou de poder:

A posição de pesquisador/a interseccional é, então, tensionada por uma exigência política própria do seu referencial: a análise crítica das relações de poder e dos marcadores sociais da diferença que se observam em contextos organizados por lógicas de privilégio, opressão e desumanização – que podem ou não ser explícitas. (DIAS-BENÍTEZ e MATTOS p.84)

A proposta interseccional, surgida como tentativa de apreensão das diferenças entre o feminismo branco e o feminismo negro, propõe um direcionamento nas pesquisas observando situações específicas, visto que as identidades não são estáticas e se constroem segundo o contexto social, político e econômico em que os indivíduos estão inseridos. Portanto, não se pode esquecer que, além de mulher, Adelaide pertence a uma classe social privilegiada, é branca, letrada, casada com um professor e tia de um Militar (na ocasião, em situação de poder). Quando comparada a outras personagens femininas na narrativa é possível perceber o quanto determinadas particularidades podem minimizar ou maximizar as opressões. Por isso é importante explicitar que, embora inserida em uma realidade social, política e econômica de desigualdade, Adelaide é, ainda assim, representação de uma mulher que possui alguns privilégios, se comparada a outras que surgem ao longo da história.

Souza e Adelaide não tiveram filhos. A mulher sofreu vários abortos e essa foi uma questão importante no casamento. “A obsessão de Adelaide era um filho. (...) Ela não via sentido no casamento se não viessem crianças.” (p. 366). A infertilidade era consequência da contaminação das mulheres decorrente de uma catástrofe nuclear, porém Adelaide culpava-se, baseada em sua religião, acreditando que o mal estava nela, mulher cujo ventre não gerava filhos.

É importante salientar as razões da mentalidade de Adelaide acerca da maternidade, bastante discutida pelo feminismo no século XX. O ideal da mulher-mãe é preconizado por diversos discursos, entre eles o discurso médico e o religioso (caso da

personagem apresentada). A mulher é um ser “especial” capaz de gerar a vida e essa característica biológica é exaltada como “dom” feminino, tão absoluto que retira da mulher o poder sobre o próprio corpo, bem como a coloca sob julgamento quando não têm filhos.

O imaginário historicamente criado é o de que a mulher perfeita é a mãe (à imagem e semelhança de Maria, mãe de Jesus Cristo) que tudo suporta, compreende e alcança, que deu à luz sem dor e sem o pecado residente no ato sexual. Essa idealização é, no mínimo, perversa, uma vez que inatingível e mentirosa. As mulheres que não podem gerar filhos, ou as que não desejam fazê-lo, são socialmente condenadas, e as mulheres que os têm:

...para diminuir a “culpa” da luxúria do ato sexual caberia a mulher ser uma boa mãe, ou seja, colocar a criança em primeiro lugar na sua vida, ser recatada, ser generosa, ser compreensiva e sofrer calada. Eis o ideal cristão de maternidade que deveria ser o norte das mulheres em geral. (VASQUEZ, 2014 P. 170)

Ou seja, além da sacralização da maternidade, nota-se uma condenação/proibição acerca das questões em torno da sexualidade das mulheres, dispositivo de poder e instrumento de dominação, fato que demarca uma das principais diferenças entre os gêneros.

Cabe questionar se o desejo de maternidade de Adelaide é essencialmente seu, ou apenas uma construção social determinante do lugar da mulher na família e na sociedade. Mais do que isso, é importante refletir sobre as consequências dessa idealização da maternidade para as mulheres. Por exemplo, Souza e Adelaide eram vizinhos de uma mulher que costumava se pintar exageradamente e tinha um filho deficiente. A reação de Adelaide em relação a essa mulher era de intolerância exacerbada, alegando que o filho dela era uma punição por comportamentos pecaminosos:

Cada vez que via a mulher de cabelos pintados passeando com o filho pelos corredores, ou brincando no playground vazio, Adelaide me olhava. Entre zombeteira e reprovadora. Como se o menino deficiente pudesse ser a prova de hipotéticos desvios, pecados, desregramentos cometidos por aquela mulher. (BRANDÃO, p.152)

É importante destacar que o julgamento a qual foi submetida por si mesma, ou pela sociedade em que estava inserida, não fez com que Adelaide reagisse com empatia em

relação àquela vizinha. Mesmo frustrada por não conseguir gerar filhos, descontente com sua infertilidade e reprimida em seus desejos mais íntimos, Adelaide reforçou o discurso da sociedade, baseado em ideologias repressoras da mulher.

A narrativa demonstra que Adelaide julgou, naquela vizinha, o que reprimiu em si. A vontade de tocar piano, de se expressar artisticamente, de ser livre para se vestir como quisesse e ser dona de suas escolhas. Souza, marido e narrador das considerações apresentadas, alega que a conversão da mulher e a conjuntura política, econômica e social foram determinantes para os maiores problemas de seu casamento:

Os corredores sombrios, a sujeira, a vida fechada em apartamento fechado, o medo da rua, o calor asfixiante, a vizinha que teve um filho, quando ela nunca teve nenhum. Tudo influenciou minha mulher. Forçou sua mente a atitudes que nunca foram dela. Rudeza, aspereza, ela adquiriu de uns anos pra cá. Tudo se concentrou num ódio seco, lancinante, contra a vizinha de cabelos pintados. (BRANDÃO p. 154)

O ódio lançado a sua vizinha é, em certo sentido, uma espécie de reprodução da repressão vivenciada por Adelaide, que renuncia a sua individualidade para construir um lar perfeito para o seu marido: “Ao montá-lo, a cada peça colocada, Adelaide desarticulava o seu sonho.” (p. 171). O controle que a sociedade exerceu sobre a sua existência e suas escolhas não a impediu de arbitrar e hostilizar uma conduta diferente da sua, considerada ideal. Nesse sentido, Adelaide torna-se perpetuadora de valores tradicionais e autocratas, mesmo que, por muitas vezes, ela seja passível da mesma violência de julgamento com que julga.

O debate interseccional também faz uma análise sobre a questão da maternidade, como se observa em Diaz-Benitez (Muros e Pontes, página 14):

A reprodução foi um tema a partir do qual foi possível falar de raça, de racismo, de classe e de opressão, levando em conta que para algumas mulheres, historicamente, têm sido promovidas campanhas para incentivar a natalidade e, para outras, têm sido adotadas medidas para frear a fertilidade. (grifo meu)

A reprodução é sancionada positivamente caso a mulher pertença a uma determinada classe social e/ou raça, do contrário, ela é rechaçada, condenada. No caso particular de Adelaide, ela contesta a maternidade de sua vizinha, porque convive com práticas e dispositivos discursivos e não-discursivos que circulam socialmente e exercem controle e poder, ao produzirem “verdades”, normatizações e proibições em relação à conduta sexual das mulheres, desde a Antiguidade, relacionando sexo (atividade) ao casamento

(FOUCAULT, 1999). As observações foucaultinas são interessantes para analisar o quanto o desejo sexual naquele casamento foi reprimido, revelando, por meio do comportamento de Souza com as mulheres com quem se relaciona posteriormente, a distinção explícita feita entre a “mulher de casa” e a “mulher da rua”.

Para além da perspectiva de Adelaide sobre a maternidade (culpava a si mesma por não ter filhos, e a sua vizinha, por gerar uma criança deficiente), o livro anuncia que aquele “país” enfrentava um período de “Grande Ciclo da Esterilidade”, consequência de uma catástrofe ambiental, situação encoberta pelo “Esquema”. Esconder esse fato era um meio não só do governo se esquivar da responsabilidade do acontecimento, como também uma estratégia para exercer o controle de natalidade, visto que enfrentavam uma imensa conturbação social, devido ao excesso de pessoas, à escassez de água e alimentos, à enorme desigualdade social e aos intensos problemas ambientais. Desse modo, o “Esquema” passa a agir utilizando a contradição bastante pertinente do “biopoder”: incentivar a vida, ao passo que impõe a morte dos indivíduos inadequados às “verdades” prescritas, os ditos “infames” por Michel Foucault (1977).

A condição de mulher casada não isenta Adelaide da condição de “infame”, afinal, o desaparecimento da personagem, sem nenhuma explicação (entre outros acontecimentos ao longo da narrativa) demonstra que ela pertence a um espaço de invisibilidade, sendo, portanto, facilmente preterida. A gestão calculista da vida dentro de uma sociedade (como ocorre no livro) define as existências que importam, e o sumiço de Adelaide é “naturalizado” em certa medida, não apenas por Souza, mas pelo enredo em si. Um dia ele volta para casa, após perder o emprego e vagar por horas, e encontra o seu apartamento aberto, ocupado por três homens desconhecidos, aliados do sobrinho no “Esquema” e Adelaide não está mais lá. O apartamento transforma-se em depósito de alimentos e os homens que ali estão reagem com violência às tentativas de invasão, matando pessoas e escondendo os corpos no quartinho. A partir daí, Adelaide, que já era contada sob a perspectiva do narrador, passa a representar apenas reminiscências, lembranças do marido e do sobrinho.

Ao analisar, em *A vida dos homens infames*, indivíduos obscuros, medíocres, que não possuem marcas de grandeza prestabelecida, como uma boa família, posses ou grandes feitos, Foucault centra a sua análise em dados da realidade e observa que tais

indivíduos só adquirem visibilidade a partir do contato com o “poder”, de alguém que tem “autoridade” para lançar luz a essas personagens:

...a existência desses homens e dessas mulheres remete exatamente ao que deles foi dito: do que eles foram ou do que fizeram nada subsiste, exceto em poucas frases. Aqui é a raridade e não a prolixidade que faz com que real e ficção se equivalham. Não tendo sido nada na história, não tendo desempenhado nos acontecimentos ou entre as pessoas importantes nenhum papel apreciável, não tendo deixado em torno deles nenhum vestígio que pudesse ser referido, eles não têm e nunca terão existência senão ao abrigo precário dessas palavras. (FOUCAULT:1977, p. 209).

Em certa medida, a existência de Adelaide é, nesta narrativa, sombra da existência do seu marido, adquirindo visibilidade apenas quando confronta o poder. Nesse caso, o poder dessa sociedade patriarcal, em que a mulher deve estar submissa à figura masculina (o pai, ou o marido). É com o desaparecimento dela, com a ruptura de uma ordem preestabelecida, que a sua existência passa a figurar mais fortemente na narrativa. Isso pode ser percebido, porque algumas reflexões sobre Adelaide surgem para Souza somente a partir da sua ausência, via terceiros: com o silêncio do sobrinho que aceita com naturalidade o desaparecimento da mulher, ou quando acusa o tio de não conhecê-la bem; com a conversa com um vizinho que bate à porta, dizendo ser amigo de Adelaide e frequentar a casa para tocar piano com ela; e, principalmente, com a verificação de que os pacotes guardados cautelosamente pela esposa no baú, anos a fio, continham (escondiam?) vestidos coloridos, decotados, muito diferentes dos que ela costumava usar.

A narrativa denuncia o sentimento contraditório do marido, que se sentia incomodado pela rotina da relação, ao passo que demonstrava certo apego a esse cotidiano. Muitas vezes ele relata a sua responsabilidade sobre o apagamento de Adelaide, porém acusa também a conversão religiosa da mulher pela distância entre os dois. Após o seu desaparecimento, ele afirma sentir falta dela, mas não se observa empenho em procurá-la, ou descobrir o que aconteceu de fato.

O desgaste no casamento do protagonista é observado desde o começo da história, mistura de cansaço e conformismo que, aos poucos, vira repulsa. Os acontecimentos sociais acabam por afastá-los ainda mais: Souza não aceita a nova ordem das coisas e, muito menos tolera a presença do sobrinho (tratado pela esposa como filho), devido ao envolvimento dele com o “Esquema” governamental. Além disso, Souza reconhece o quanto foi negligente como marido: “Minha indiferença serviu para torná-la, aos poucos,

mulher amarga e desesperançada.” (BRANDÃO, p. 89). Cabe destacar o quanto determinados trechos da narrativa empoderam o homem em relação ao bem estar da mulher, colocando-o como centro da vida dela, em detrimento dos seus próprios anseios.

Souza é o sujeito que enuncia e constrói a representação de Adelaide, por isso é fundamental indicar que o enunciador é um homem, inserido em um modelo de sociedade patriarcal, repressiva e desigual. Souza é quem dá “voz” a Adelaide, obviamente, a partir de sua perspectiva, do seu olhar.

Várias vezes Adelaide ameaçou partir, mas será que seu desaparecimento foi voluntário? Seria um impulso de liberdade em meio a um cenário tão repressor? O olhar do homem-narrador, após a abertura dos pacotes que mostravam “Roupas de seda, de cetim. Cores estampadas, vistosas, flores imensas, desenhos malucos, decotes, mínis.” (p. 252), é de surpresa e perplexidade: “Para mim, ela não se encaixava em roupas cintilantes.” (p. 253). A declaração de Souza representa a criação de um estereótipo da mulher-esposa, recatada, discreta, sóbria e até mesmo frágil. As roupas descritas, de acordo com o narrador, não identificam Adelaide e ele afirma ter amado uma mulher que nunca existiu.

Tal reflexão acerca da existência de Adelaide revela diferenças entre pensar a existência a partir dos limites ou da medida do ser e pensá-la a partir de gestos, da forma dos seres quando aparecem, como pensou Lapoujade em “*As existências mínimas*” (2017). Souza nega a existência de Adelaide, algo impossível, afinal ela estava presente em um determinado espaço-tempo e isso é inegável. De acordo com Lapoujade (amparado pelo pensamento de Souriau) há que se atentar para a diferença entre “existência” e “realidade”, pois existem momentos, ou acontecimentos, que fazem com que as existências se tornem mais reais: “...ganham força, extensão, consistência: um amor que se intensifica, uma dor que aumenta, um temporal que ameaça cair...” (Lapoujade, 2017, p.11). No caso, a existência de Adelaide foi potencializada pelos acontecimentos que sucederam o seu desaparecimento, causando esse estranhamento no marido.

Lapoujade e Souriau acreditam no “pluralismo existencial”: “... não há um único modo de existência para os seres que povoam o mundo, como também não existe um único mundo para todos esses seres...” (Idem, p. 14). Esse pensamento é de extrema

relevância não só para pensarmos os modos de existência das mulheres nessa narrativa, como também para pensar sobre a pluralidade das artes e das diversas maneiras de a literatura promover as existências.

O estranhamento de Souza sobre a personalidade de Adelaide não se afina ao pensamento do sobrinho, que não aparenta surpresa acerca da extroversão da mulher e acusa o tio de negligente. Ele declara, inclusive, ter tido conversas particulares com ela, que confessava não gostar do marido:

- Ela me contava. Ficávamos sozinhos os dois a maior parte do tempo. Lembra-se? Então ela tocava piano o dia inteiro sem parar. Modificava-se, era alegre, cantava, enfeitava-se. (...) O que você fazia para ela? Quando você voltava o piano se fechava, as roupas iam para o guarda-roupa. As roupas mais bonitas delas eram escondidas. Por quê, tio? Você não permitia roupas alegres. Decotes. (BRANDÃO: 2008, p. 246)

Mais uma vez, a voz a representar a mulher narrada é a de um homem, apoiador do regime autoritário, se analisarmos a organização daquela sociedade. A perspectiva do sobrinho em relação a Adelaide é contraditória, uma vez que se posiciona socio-politicamente de modo bastante antagônico ao discurso de liberdade usado para se referir a sua tia. Souza desconfia de que Adelaide é vítima dele e o acusa: “- Ela está em sua casa? Não está? Você mantém sua tia prisioneira?” (Idem). Os fatos posteriores comprovam o interesse do “Esquema” no apartamento do casal, primeiro invadido e de onde, posteriormente, Souza foi despejado.

Diversos acontecimentos ao longo da narrativa comprovam um contexto de violência, ódio, intolerância e banalização da vida, disfarçados na ideia de ações para promover o bem-estar social. Portanto, a ausência de Adelaide é uma lacuna, preenchida apenas por especulações do marido e do sobrinho.

2.Elisa, a “libertada”

Essa personagem surge no ponto da história em que Souza foi despejado de sua casa e jogado na rua. Sem sua profissão de professor História, sem emprego, sem sua esposa e, sem moradia, Elisa representa a liberdade em meio ao cenário repressor em que se encontram. Ela aparece em uma praça abandonada, girando, girando. A imagem de “movimento” contrapõe-se ao caráter estático de Souza, refém das transformações

ocorridas em sua vida. A mulher é caracterizada por sua sensualidade, sua pele morena, sua juventude, suas curvas e sua ‘loucura’.

A apresentação inicial demonstra que Elisa é o extremo oposto de Adelaide (pelo menos sob a perspectiva do narrador). Souza é arrebatado por ela, que desperta nele muitos desejos, sensações diferentes das que tinha com Adelaide, mas isso não o impediu de lembrar dela e pensar sobre o modo como ele sempre viveu: “...amarrado a um mundo de coisas. Gente ou situações.” (BRANDÃO, p. 279). A presença de Elisa instiga Souza a criar fantasias também com a esposa desaparecida: “Se Adelaide estivesse aqui, me deitava com ela nesse cimento que queima.” (Idem).

A narrativa, mais uma vez, convida à reflexão sobre a imposição de determinados comportamentos desempenhados socialmente, explicitando o quanto alguns discursos e ações podem ser repressores, principalmente no que diz respeito à mulher. O fato de Souza perceber seus “bloqueios” e “impedimentos” em diversos fatores de sua vida, inclusive em sua relação conjugal, demonstra que “jogos de verificação” (FOUCAULT) correntes não são reflexos da “realidade”, são apenas representações, procedimentos discursivos que podem gerar consequências impactantes na vida dos indivíduos.

O primeiro contato do protagonista com Elisa mais parece um “devaneio” e o segundo encontro deles acontece posteriormente, em um bar. A sexualização da personagem fica, mais uma vez, explícita: “Ela tem o vestido aberto, mostrando seios pequenos, bicos cor-de-rosa.” (BRANDÃO, p.287). Toda a caracterização dessa mulher, ainda sem nome e nada que a identifique, além de suas características físicas, apontam para a sua objetificação. Souza a percebe como alguém que satisfaria seus desejos carnavais e o fato de defendê-la das agressões do proprietário do bar não afasta o olhar patriarcal lançado sobre ela.

Devido à desordem causada no bar, Elisa e Souza são algemados e presos. No trajeto, começam a conversar e ela admite já ter sido presa e ter sofrido abusos sexuais. Falam um pouco sobre o modo como têm vivido diante da situação esdrúxula em que o país se encontra, sob controle do “Esquema”. Quando a mulher informa o seu nome, o protagonista declara que o significado grego de Elisa é “libertada”. Tal comentário confirma a expressão emancipatória da personagem na narrativa. É ela quem toma a iniciativa de manter relações sexuais com Souza e ele admite sentir-se intimidado. Em um contexto de submissão das mulheres, alguém como Elisa perturba a “ordem das

coisas”, o modo como são alocadas e entendidas como “corretas”. O inesperado faz com que o homem não saiba como agir.

Elisa é combativa, critica o fato de estar inserida em um organismo social que prioriza a eficiência da produção, ao passo que o governo se exime da responsabilidade sobre as mazelas existentes. Durante um tempo, reivindicou condições melhores na universidade em que estudava e foi presa por isso. Revela um pouco de desesperança e exhibe a desigualdade entre as classes. Tem consciência de que pertence à minoria, não só por sua condição financeira, como também por ser mulher e posicionar-se contrariamente à ordem dos discursos predominantes em seu tempo.

A história apresenta agora uma mulher que, mesmo inserida em um contexto repressor, prioriza suas vontades e se responsabiliza por suas ações. Ela critica as atitudes conservadoras de Souza e o fato dele se culpar por ter mantido relações sexuais com ela. Reconhece que a vida é dura, porém sua postura é de enfrentamento dos acontecimentos, sejam eles bons ou ruins. A conduta de Elisa assemelha-se a das mulheres presentes nas comunidades ameríndias colonizadas, que resistiram e questionaram às injustiças sofridas por seu povo com maior vigor sendo, por consequência, as que receberam as piores punições, como foi observado por Sílvia Federici em “Calibã e a Bruxa” (2017).

Na prisão, Elisa e Souza são afastados, mas, após ser torturado, o homem foi reconhecido por um ex-aluno e solto, mas Elisa não obteve o mesmo tratamento. Ao se analisar as torturas presentes em regimes ditatoriais, como no “Esquema” apresentado no livro, percebe-se que também os castigos aplicados são diferentes para homens e mulheres. Homens apanham, recebem jatos fortes de urina por meio de mangueiras, são alimentados por lavagens, levam choques e são liberados, se não apresentarem potencial “perigo” ao sistema. Às mulheres acrescentam-se os abusos e humilhações sexuais, assim como ocorreu à Elisa, vilipendiada por conta do gênero. Essa conduta violenta é enunciativa, revela a necessidade masculina de dar provas de sua virilidade e conduzir o corpo da mulher à condição de dominação e servidão, uma espécie de “mandato de masculinidade”, em que os homens são (de)formados para associarem-se à guerra, à violência, à falta de empatia e subjugar as mulheres a objetos, disponíveis e desejáveis, como foi sinalizado por Segato (2018).

O mais surpreendente é perceber que toda a potência existencial de Elisa não a separa de um fim muito similar ao de Adelaide: o desaparecimento.

3. Mulheres Anônimas

De acordo com o dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, “anônimo” significa “de nome desconhecido”, por isso o adjetivo torna-se pertinente para apresentação das outras (poucas) mulheres que perpassam a história.

Em primeiro lugar, a mãe do protagonista, citada algumas vezes por ele e sempre associada aos ensinamentos religiosos e tradicionais, demarcando muito bem o papel social das mulheres do seu tempo: propagadora de declarações, valores e atitudes que difundem e mantêm ideias de divergência de valor entre as existências masculina e feminina.

Em seguida, as mulheres que encontra na fila para as “Grandes Marquises” construídas pelo “Esquema” e anunciadas como uma solução vital para os menos favorecidos. Essas mulheres estão ali esquentando suas marmitas e oferecem o pouco que têm à Souza. Nesse breve encontro, ele conversa com uma delas, que revela ser professora, mas ter deixado a profissão “quando a situação engrossou” (BRANDÃO, 2008, p. 255). A fala dessa mulher demonstra que ela ocupa o lugar esperado naquele contexto: cuidando do lar e dependendo do marido para viver. Mais do que isso, a sua fala remete às práticas de tortura e censura do regime ditatorial (“a situação engrossou”) e o quanto podia ser perigoso reivindicar determinados posicionamentos dentro de um regime autocrático.

Por último, a mulher de quarenta anos que excita o protagonista por ter o seu corpo comprimido ao dele, quando ambos estavam debaixo da “Marquise”. Toda a descrição dessa mulher é feita objetificando-a, ressaltando suas características físicas e sugerindo que ela se oferece e encaixa o seu corpo no dele. A percepção de Souza é de que ela promove um “jogo de intenções” ao “fingir” tentar se afastar. Por meio da descrição na narrativa percebe-se que o lugar onde se encontravam era extremamente apertado, por isso há que se desconfiar das considerações de Souza. Será que aquela mulher realmente se oferecia ou, naquela circunstância de superlotação do espaço ela não tinha escolha senão a de estar com o corpo grudado no corpo dele? A chegada do sobrinho interrompe os acontecimentos com aquela mulher.

As personagens femininas em “*Não verás país nenhum*” são apagadas da sequência dos fatos, não são representadas como um ser em si mesmas, apenas surgem a partir de sua função, ocupam o lugar de “Outro”, como foi observado por Simone de Beauvoir:

Segundo o diagnóstico de Beauvoir, a relação que os homens mantêm com as mulheres seria esta: da submissão e dominação, pois estariam enredadas na má fé dos homens que a veem e a querem como objeto. A intelectual francesa mostra, em seu percurso filosófico sobre a categoria de gênero, que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina num papel de submissão que comporta significações hierarquizadas. (RIBEIRO: 2017, p.21)

Segundo essa perspectiva, as mulheres encontram-se sempre em uma situação de instabilidade, sendo inferiorizadas e enfrentando limitações políticas e de escuta. Por isso é tão importante pensar novas epistemologias, para que se desestabilizem as “verdades” socialmente construídas.

Considerações Finais

A literatura é uma estratégia discursiva de “não-verdade”, de acordo com o pensamento de Foucault. Para o filósofo a verdade é uma construção social, logo, a literatura é “artifício”, dispositivo que produz representações das práticas habituais:

...obstinada em procurar o cotidiano por baixo dele mesmo, em ultrapassar os limites, em levantar brutal ou insidiosamente os segredos, em deslocar as regras e os códigos, em fazer dizer o inconfessável, ela tenderá, então, a se pôr fora da lei ou, ao menos a ocupar-se do escândalo, da transgressão ou da revolta. Mais do que qualquer outra forma de linguagem, ela permanece o discurso da “infâmia”: cabe a ela dizer o mais indizível – o pior, o mais secreto, o mais intolerável, o descarado. (FOUCAULT, 2006, p.221)

Portanto, observar a construção das personagens femininas no livro “*Não Verás País Nenhum*” é pensar criticamente de que maneira as mulheres são representadas em um contexto majoritariamente masculino, não só pelo fato de o narrador-personagem e o autor da história serem homens, mas também devido a organização político-social em que essas mulheres estão inseridas.

As “vozes” masculinas seriam responsáveis por fazer ver as existências desses seres “infames”, como foi sugerido por Foucault? Ou a “testemunha” dessas existências é o artista/escritor que as legitima, como pensou Lapoujade, à luz do que foi dito por Souriau?

Esses questionamentos fazem ressoar a pergunta de Spivak: “Pode o Subalterno falar?” Essa intervenção da teórica indiana sinaliza para a problematização acerca da representação dessas mulheres no romance analisado. O fato de a focalização das personagens femininas acontecer por intermédio de Souza facilita a manutenção do *status quo* social da tradição patriarcal, por isso Adelaide, Elisa e “as anônimas” não tiveram outra chance senão a do desaparecimento. É importante lembrar o momento histórico em que o livro foi escrito: a ditadura militar. E, embora firmado o pacto ficcional, o caráter político da obra não pode ser descartado.

A narrativa, que já denunciava a cultura do extermínio naquela sociedade desde o início (apontando para o cheiro de morte e a decomposição), escancara-a quando traz a imagem da fila de pessoas caminhando em busca dos “guarda-chuvas de seda pretos”, ou da grande marquise construída para “abrigar” os mais vulneráveis. O “Esquema” propaga a ideia de que essas alternativas seriam a solução para os problemas da população, mas ao chegarem lá, os indivíduos percebem que tudo não passa de uma grande falácia: o lugar assemelhava-se a um campo de concentração, aglomerando as pessoas, colocando-as em risco de sufocamento, devido à superlotação; ou à desintegração, devido ao encontro com os “bolsões de calor”.

Nesse contexto, os mais fracos: “...magrelinhos, mulheres e velhos assustados (BRANDÃO, 2008, p.350) estariam condenados justamente por “ser” o que eram. E é justamente aí que reside o maior dos problemas: esses indivíduos não são reconhecidos como sujeitos, a sua “humanidade” não é admitida e, por isso é tão comum serem descartados, silenciados, apagados.

Adelaide e Elisa tentam, a seu modo, romper com o sistema que as oprime, e a literatura vem testemunhar o lugar inferiorizado dessas mulheres, evidenciando as desigualdades de gênero e promovendo reflexões sobre equívocos e injustiças sofridas, porém, é necessário ressaltar que as personagens femininas do livro apresentam realidades e identidades definidas por terceiros e suas histórias são retratadas unicamente para representar a sua relação com os “sujeitos”, no caso, os homens: Souza, o sobrinho e/ou as autoridades.

Penso a representação de acordo com Stuart Hall, explicado por Arthur Ituassu na apresentação do livro “*Cultura e Representação*” (2016):

...um ato criativo, que se refere ao que as pessoas pensam sobre o mundo e que mundo é esse, sobre o qual as pessoas estão se referindo, transformando essas representações em objeto de análise e crítica e científica do “real”. (p. 11)

Representar é, em grande medida, propor um diálogo com o outro e, conseqüentemente, dar visibilidade às diferenças. Sabe-se que existe uma rede de significados e estereótipos correntes em nossa sociedade e voltar o olhar para os que desestabilizam os “limites simbólicos” estabelecidos pelos discursos de poder é uma estratégia de resistir, criticar, fazer pensar.

Referências

BARACUHY, R.; PEREIRA, T. A. *A biopolítica na sociedade de controle*. Gragoatá, Niterói, n. 34, p. 17-330, 1. sem. 2013.

DÍAS-BENÍTEZ, M. E.; MATTOS, A. *Interseccionalidades: Zonas de problematização e questões metodológicas*. In: _ Metodologia e Relações Interseccionais: debates contemporâneos, Vol.II. Rio de Janeiro, Ed. PUC-RJ, 2019.

DÍAS-BENÍTEZ, M. E. *Muros e Pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão*.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. *A vida dos homens infames*. Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 203-222.

_____ *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____ *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. Capítulo IV.

HALL, S. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2016

LAPOUJADE, D. *As existências mínimas*. São Paulo: Les Editions de Minuit, 2017.

LOYOLA BRANDÃO, I. *Não Verás País Nenhum*. São Paulo: Global, 2008.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

VÁSQUEZ, G. *Maternidade e feminismo: notas sobre uma relação plural*. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.3, nº 6 jan-jun, 2014. p.167-181.